



## MOÇÃO DE REPÚDIO À CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

O Conselho Nacional de Juventude repudia a criminalização dos movimentos sociais e a repressão às manifestações populares e o cerceamento à livre expressão das juventudes brasileiras, elementos que ferem preceitos constitucionais fundamentais. Repudia também a violência institucional e a repressão aos movimentos sociais em suas manifestações públicas.

No dia 21 de Maio de 2011, a Polícia Militar, o governo estadual e o Tribunal de Justiça de São Paulo deram uma amostra de toda truculência e violência com as quais estão dispostos a lidar com manifestações públicas de opiniões e a liberdade de expressão. A Marcha da Maconha, manifestação pelo debate a respeito das políticas de drogas no Brasil, foi duramente reprimida – com uso de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, sprays de pimenta e tiros de borracha.

Também condenável é a resposta dada pelo mesmo jurídico paulista que, no dia 28 de Maio deste mesmo ano, proferiu a proibição da Marcha da Liberdade – convocada por amplos setores sociais, em resposta à repressão e violência observada na semana anterior.

Estes são apenas exemplos recentes, reflexos de uma política mais ampla e difundida em todo o país – a do cerceamento à manifestação política e ao amadurecimento político-democrático e do controle social com base na violência institucional.

A criminalização dos movimentos sociais e os ataques à liberdade de expressão são resquícios da exceção democrática de outros períodos no país e inaceitáveis ao atual contexto social e político vivido pela nação brasileira – como reconheceu o Supremo Tribunal Federal, em votação unânime a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 187, ao autorizar a realização das marchas da maconha em todo Brasil, afastando da interpretação penal a compreensão de que tais marchas são apologéticas ao crime e garantindo assim a livre organização e manifestação popular.

Para o Conselho Nacional de Juventude, o combate à violência aos e às jovens é uma prioridade. Combater também a violência institucional e a criminalização dos movimentos sociais, bem como a regulamentação do uso de armas menos letais, são elementos

importantes para o amadurecimento cívico, político e democrático das juventudes brasileiras. As juventudes brasileiras, representadas neste conselho, se posicionam pelo respeito às manifestações públicas e cobram das autoridades locais, regionais e federais que façam garantir a decisão do Supremo Tribunal Federal – ampliada a todos os setores sociais.

**Conjuve**

**Brasília, 7 de junho de 2011**